

**ANJ**

 ASSOCIAÇÃO  
 NACIONAL DE JORNALIS

**IVZ**

 INSTITUTO VERIFICADOR  
 DE JORNALIS

 SISTEMA ATRIBUNA  
 DE COMUNICAÇÃO

**ATRIBUNA**
**FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894**  
**M. Nascimento Jr. (1909-1959)**  
**Giusfredo Santini (1959-1990)**  
**Roberto Mário Santini (1990-2007)**
**MARCOS CLEMENTE SANTINI**  
 Diretor-Presidente

**ROBERTO CLEMENTE SANTINI**  
 Diretor-Vice-Presidente

**RENATA SANTINI CYPRIANO**  
 Diretora de Marketing

**FLAVIA CLEMENTE SANTINI**  
 Diretora de Circulação

**PAULO NAEF**  
 Diretor-Superintendente

**ARMINDA AUGUSTO**  
 Editora-Chefe

**MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES**  
 Gerente Comercial e Marketing

**MARCO ANTONIO DA COSTA**  
 Gerente Industrial

# Obras paradas na Baixada Santista

Três importantes obras na região enfrentam problemas para seu início ou continuidade. A concorrência para a construção do túnel ligando Santos a Guarujá foi suspensa pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), em função da necessidade de se “afastar possíveis improbidades” presentes no edital. Embora a Dersa, responsável pela licitação, já tenha encaminhado ao TCE os esclarecimentos, o órgão, através de seu Tribunal pleno, ainda não tomou decisão e a divulgação do consórcio vencedor, prevista para o dia 2 de fevereiro, não aconteceu.

Em Praia Grande, a implantação do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá foi paralisada por decisão da Vara da Fazenda Pública do Município, motivada por ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual. A alegação é que o empreendimento provocaria desequilíbrio ambiental por retirar vegetação protegida. E as obras da primeira fase do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT sofreram interrupção no trecho situado na Avenida Francisco Glicério, em Santos, conforme decisão da 1ª. Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Também neste caso a ação foi movida pelo Ministério Público Estadual, através do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) – Núcleo Baixada Santista.

A realização de grandes obras exige cuidados e o rigoroso respeito às normas vigentes. Tanto o aspecto

formal dos processos licitatórios, assegurando igualdade de condições a todos os participantes, bem como a proteção rigorosa do meio ambiente, devem ser observados. E cabe, sem dúvida, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público a tarefa de fiscalizar e acompanhar os processos relativos, intervindo quando houver suspeita de irregularidades.

No entanto, é preciso uma análise minuciosa dos casos em questão, para que não parem dúvidas sobre todo o processo. Não se trata apenas de insistir na importância econômica e social dessas obras, capazes de promover o desenvolvimento regional, gerando emprego e renda a milhares de pessoas. É preciso pesar com cuidado o que deve ser objeto de questionamento, já que sempre haverá dúvidas e opiniões contraditórias sobre este ou aquele aspecto dos projetos. Vale destacar que, no caso de Andaraguá, o Conselho Estadual do Meio Ambiente aprovou o projeto respectivo, e assim foi emitida a Licença Prévia para a construção do empreendimento. E no rumoroso caso do traçado do VLT em parte da Avenida Francisco Glicério, há discórdia sobre a validade do trem passar ou não pelo canteiro central, em lugar de seguir pela via férrea.

Os impasses precisam ser esclarecidos, superados e resolvidos. Impõe-se que as partes – TCE e MPE, de um lado, e órgãos responsáveis pelas obras, de outro – entendam-se e que as decisões sejam tomadas rapidamente.

## Do leitor

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

**E-MAIL**  
 leitor@atribuna.com.br

**ATENDIMENTO AO LEITOR**  
 Telefone: 0800-727 7710

**REDAÇÃO**  
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,  
 São Paulo. CEP 11013-900

## Redes de esgoto

Em atenção às cartas dos moradores de São Vicente, Alessandra Galdino de Oliveira, do bairro Samaritá, e Jorge Martins Franco, da Vila São Jorge, a Sabesp informa que já realizou nos dois endereços – nas ruas Mecanizada e José do Patrocínio, respectivamente – o serviço de desobstrução das redes coletoras de esgoto, solucionando as situações apontadas.

ASSESSORIA DE IMPRENSA SABESP - BAIXADA SANTISTA

## Bueiro e limpeza

A Prodesan agradece o alerta da leitora Dalila Benes Coelho Seguro e esclarece que a limpeza do sistema de drenagem de águas pluviais da Rua Fritz Gut, na Vila São Jorge, foi executada nos dias 5, 6 e 16 de fevereiro.

A administração municipal destaca, também, que se encontra em andamento o programa de macrodrenagem da Zona Noroeste, que irá solucionar o problema de enchentes em locais que ficam abaixo do nível da maré.

ASSES. DE IMPRENSA PREFEITURA DE SANTOS

## Exército particular

Inaceitável um ex-presidente da República do Brasil promover insulto à sociedade, convocando seu exército de baderneiros para defender a Petrobras. Aqueles que aplaudem Lula ainda não se deram conta de que quem acabou com a estatal foi ele, Dilma e o PT. Basta ver quem é que hoje conta em delação premiada os cami-

nhos da corrupção. Lula mostrou sua verdadeira face, um agitador de rua qualquer. Parabéns ao presidente do Clube Militar, o general Gilberto Pimentel, por sair em defesa do Exército Brasileiro, que não pode ser confundido com uma facção qualquer.

IZABEL AVALLONE - SANTOS

>>Eu que achava que no Brasil, além do Exército Brasileiro, o único outro exército que existia era o pacífico Exército da Salvação. Com a declaração de Lula, descobri que também existe um assustador exército do Stédile

RONALDO GOMES FERRAZ - SÃO PAULO

## São Vicente e o lixo

Lendo reportagem publicada em 20 de fevereiro, sobre o lixo em São Vicente, creio que o jornalista, autor da matéria, teve sorte, primeiro por ter conseguido falar com o Cata Treco, de São Vicente, pois ligo sem obter sucesso; meu marido tem um protocolo há quase um mês (123.324) para retirada de lixo e móveis velhos na esquina das ruas Coaracy Paranhos x Leopoldo Mota e Silva, Bairro do Itararé, mas até agora nada. Os 15 dias dados pela Codesavi são falácia. Na reportagem são citados os bairros da Vila Margari-da, Jóquei Clube e Área Continental como os mais problemáticos, mas na região aqui do Itararé, cujo IPTU é dos mais caros da Baixada Santista, a situação é de calamidade. A promotora do Meio Ambiente deveria dar um basta nisso. Parabéns ao colabo-

rador Marcelo Rocha que, em artigo publicado em 22 de fevereiro, faz relato de tudo o que está acontecendo e o que pode acontecer à cidade, pois ela está abandonada, maltratada e, como diz o texto: “São Vicente precisa reagir”.

SOLANGE ANDRADE DOS SANTOS - SV

## Oraide Cappellato

A comunidade educacional da Baixada Santista está de luto pelo falecimento da educadora Oraide Facincani Cappellato. Tia Oraide, como era conhecida, foi muito mais do que uma notável professora, mas um exemplo de vida. Utilizando-se do Sistema Educacional Waldorf, de forma pioneira, fez da Escola Flauta Mágica sua razão de viver, formando diversas gerações de crianças, por meio desta filosofia antropológica, que valoriza a interação como meio de desenvolvimento integral, a partir da sensibilidade, da percepção e das ideias. Tia Oraide foi uma grande inspiração e continuará sendo, de uma outra maneira e em outro plano. Nossos agradecimentos e homenagem, mestra.

TELMAR DE SOUZA E REINALDO MARTINS - SANTOS

## Desculpe, erramos

**Ao contrário do que foi publicado na matéria Abracci quer acolher pacientes, da página A-12, edição de 27 de fevereiro, a sigla correta da Associação Brasileira de Apoio e combate ao Câncer Infante-Juvenil é Abraccii.**

# Mais um casuísmo

O Senado aprovou projeto de lei sobre partidos políticos no Brasil, confirmando decisão tomada pela Câmara dos Deputados. O principal ponto da medida é o veto à fusão de siglas recém-fundadas: somente será permitido que isso aconteça após cinco anos de obtenção de registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O projeto impede ainda que as mudanças de filiação partidária decorrentes de fusões sejam consideradas tanto para o cálculo da distribuição dos recursos do Fundo Partidário quanto para o tempo gratuito de propaganda no rádio e televisão. Nesses dois casos prevalecerá o número de votos obtidos na última eleição para a Câmara Federal.

Outro dispositivo que complicará a criação de novas siglas é a proibição, nas listas de apoio à criação dos partidos, de assinaturas de eleitores filiados a agremiações preexistentes. Na verdade, a rápida e fulminante ação do Congresso tem um destino: impedir e barrar as articulações do atual ministro Gilberto Kassab que vem se movimentando para criar o Partido Liberal, que, segundo se especula, se fundiria imediatamente com o PSD, atraindo ainda descontentes do PMDB e de outras siglas menores. E complica ainda a vida da Rede Sustentabilidade, que ainda tenta buscar as assinaturas necessárias para seu registro provisório junto ao TSE.

A iniciativa de limitar a multiplicação de partidos no Brasil, motivadas,

na maioria dos casos, por interesses fisiológicos, é correta e necessária. A falta de princípios e de coerência ideológica das agremiações existentes (e das que se pretendem criar ou fundir) compromete o sistema político, contribuindo ainda mais para o descrédito e o desinteresse da população.

Infelizmente, a proliferação de siglas no Brasil tem estado associada à barganha pura e simples. Os partidos criados recebem recursos do Fundo Partidário, e obtêm tempo no rádio e TV, negociando com as maiores agremiações apoio nas sucessivas eleições, sem qualquer critério ou justificativa.

O problema, entretanto, está na forma de agir dos parlamentares brasileiros. Não se busca uma reforma ampla, e a ação decorre de situações particulares e casuísticas. A questão deveria ser tratada de outra forma: em primeiro lugar, não se pode deixar de cumprir o disposto na Constituição Federal, que estabelece, no artigo 17, que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

Criar ou fundir não significa, porém, ter funcionamento pleno. Para isso, devem existir cláusulas de desempenho: somente partidos que mostrarem força mínima eleitoral em vários Estados poderão funcionar no Parlamento, com acesso aos recursos públicos e tempo no rádio e TV. Isso eliminaria os balcões de negócio existentes, e daria muito mais consistência aos partidos políticos, valorizando a democracia.

## Tribuna Livre

**JOSÉ RENATO NALINI**, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

# O prêmio do bom juiz

Quando um juiz é surpreendido a dirigir um carro cobijado, apreendido num processo, a nacionalidade inteira clama indignada. É imoralidade! Desmoraliza todo o Judiciário! A que ponto chegamos!

Na verdade, não é bonito o procedimento. Choca. A expectativa de conduta de um magistrado é exatamente outra. Mas é assim que se comportam quase todos os juizes brasileiros? Somos quase dezesseze mil. Quantos os que exorbitam ou se desviam?

Posso testemunhar que em São Paulo, que tem o maior número de magistrados do Brasil - cerca de 2.500 - os casos mórbidos, que obrigaram uma atuação correicional mais enérgica foram raros. Durante o meu período à frente da Corregedoria Geral da Justiça, em 2012/2013, visitei inúmeras comarcas. Nelas encontrei profissionais dedicados, cumpridores de seu dever, entusiastas e idealistas.

Agora, já a terminar o primeiro trimestre do meu derradeiro período na Presidência, novamente me sensibilizo com inúmeros bons exemplos. Os magistrados que aceitaram a experiência do “Cartório do Futuro”, declinando em parte da chefia e do poder hierárquico tão enraizado em nossos costumes. Tudo para propiciar à população uma prestação jurisdicional mais eficiente.

Daqueles que assumiram a pioneira experiência da “Audiência de Custódia”, o que significa mais trabalho, mais denodo, o enfrentamento de situações insólitas.



Mas tenho me orgulhado de juizes que levam a cabo um empreendimento transformador do Judiciário. Implantam estratégias que permitem aceleração e aprimoramento da Justiça. Vão muito além do cumprimento do dever legal, para inovar, exercer criatividade, afrontar dificuldades e até incompreensões, tudo para preencher sua missão angustiante de um fervor que compensa as vicissitudes.

São múltiplos os exemplos colhidos nas visitas realizadas e nos relatos recebidos ao vivo ou por transmissão oral, pessoal ou virtualmente. Procuo incentivá-los, estimulá-los a continuar, a despeito das naturais deficiências de um equipamento estatal em período de profunda crise econômica.

São esses juizes que nutrem a esperança de que o Judiciário ain-

da merece a credibilidade de uma população que, paradoxalmente, nas pesquisas parece não confiar no sistema Justiça, mas que a cumula com mais de 100 milhões de processos!

Só que estes não merecem manchetes, nem galardões. O único prêmio para o bom juiz é propiciado pela consciência própria. A certeza de superar a observância da normatividade, já em si complexa e severa, mas em inocular com amor uma função imprescindível à harmonização do convívio e à consolidação da democracia. A difícil, amarga e sufocante missão de julgar o semelhante e as entidades que procuram pela Justiça. Mas que é recompensada por aqueles realmente vocacionados. Mercê de Deus, a quase totalidade da Magistratura brasileira.